

Encerramento

Júlio Pedrosa¹

Tive oportunidade, na minha introdução, de salientar as origens, as inspirações para este trabalho. Ele nasceu, sobretudo, daquilo que foram preocupações registadas durante o Debate Nacional sobre Educação.

O senhor Secretário de Estado com certeza que compreende que aquilo que o Conselho Nacional de Educação aqui está a procurar proporcionar é uma análise, uma reflexão, um trabalho sobre questões, creio eu, relevantes da sociedade portuguesa. Mas eu tenho dito sempre que isto não pode ser senão um princípio.

Gostaria, em todo o caso, de referir que, nestes tempos que usámos na preparação do Relatório e na sua discussão, procurámos trazer o contributo de muitas pessoas de diferentes domínios. O convite à senhora Prof.^a Olga Pombo para participar na sessão de hoje é um exemplo da nossa procura de olhares diversos sobre a Educação. Porque consideramos que precisamos muito desses olhares diferentes nesta casa e, nomeadamente, de visões sobre os princípios, sobre as questões de base, sobre aquelas perguntas simples que ela aqui fez. Creio que fez um cumprimento ao Estudo, porque aquilo que o trabalho lhe suscitou, o questionamento que nos trouxe, foram estimulados por ele. É que um objectivo central do Estudo é inscrever estas preocupações no universo de preocupações de muita gente. Certamente das pessoas que têm responsabilidades políticas, mas também de cada um de nós na sociedade portuguesa, das famílias, dos pais, das pessoas que empregam os pais, das empresas onde os pais trabalham.

Nós falamos muito em desenvolvimento da criança, sobretudo quando pensamos nos seis primeiros anos de vida. E a minha interpretação do Relatório é que o desenvolvimento da criança tem várias dimensões. Tem também a dimensão educativa e, por vezes, esquecemo-nos dessa dimensão quando falamos desses primeiros anos de vida das crianças, quando desenhamos políticas públicas para essas idades.

¹ Presidente do Conselho Nacional de Educação.

A minha interpretação é que o Relatório procura dizer-nos: “Atenção, o desenvolvimento das crianças nestas idades é uma parte extremamente importante do seu desenvolvimento educativo e, portanto, atenção também a essa dimensão do crescimento das crianças”. Esta é a minha leitura daquilo que o Relatório diz.

Antes de passar a palavra ao senhor Secretário de Estado, queria renovar os meus agradecimentos à equipa, à Prof.^a Isabel Alarcão e às pessoas que com ela trabalharam. Mas também a todas e todos os que aqui estiveram hoje, que nos permitiram continuar o trabalho, que nos trouxeram outras pistas de reflexão. De facto, creio que esse é o principal contributo que o Conselho Nacional de Educação pode dar a quem tem depois a responsabilidade de tomar decisões públicas – é trazer para a discussão das questões o contributo dos diferentes grupos ou pessoas interessados. Este dia foi a ocasião em que tivemos essas vozes. Modos de ver de quem fala por si e de pessoas que se exprimem representando grupos de interessados. Mas creio que todos os contributos da sessão de hoje foram extremamente relevantes para continuarmos a ter este assunto nas nossas agendas.

Senhor Secretário de Estado, muito obrigado por ter reorganizado a sua agenda para, não podendo estar na sessão de abertura, estar aqui connosco neste momento. Sei que tem outros compromissos à mesma hora e quero não apenas testemunhar-lhe o nosso apreço e reconhecimento por fazer esse esforço, mas também dizer-lhe que estamos interessados em ouvir o que nos tem a dizer sobre o assunto que nos juntou aqui hoje.

Valter Lemos¹

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite para estar presente, em representação do Ministério da Educação, e apresentar os meus cumprimentos pessoais e os da senhora Ministra a todos: ao Conselho e a quantos participaram no seminário.

Gostaria de ter podido participar no seminário, queria ter estado presente desde o início, não só pelas razões formais e políticas correspondentes, mas também por razões de interesse pessoal. Infelizmente, a agenda complicou-se, mas ainda foi possível chegar a tempo de ouvir as intervenções finais, à laia de conclusão. Mas tenho muita pena de não ter podido ouvir o resto.

Isto para dizer, desde logo em nome do Ministério, que estamos muito interessados neste estudo e na discussão que se possa fazer sobre o assunto – não apenas a que já se fez mas também aquela que se virá a fazer, espero eu, nos próximos tempos. E espero que esta matéria mereça, igualmente, a atenção não só dos responsáveis do Ministério da Educação, mas de todos aqueles que têm responsabilidade no desenho das políticas educativas pelo facto de esta questão ter, do meu ponto de vista, atravessado uma geração. E essa é uma das razões pelas quais eu tinha realmente interesse pessoal em estar aqui.

Desde o início da minha actividade como professor, já lá vão quase trinta anos ou cerca de trinta anos, que uma boa parte das questões que foram aqui discutidas têm vindo a ser colocadas sucessivamente em diversos *fora* e discutidas no âmbito quer das políticas educativas quer da abordagem científica e académica, quer das questões até de gestão, administração e organização das instituições. Eu diria, até, que este tema é uma marca significativa da história recente da educação portuguesa: o problema da definição da educação básica, do seu princípio e do seu fim e do seu conteúdo e da sua organização. Nesse aspecto, o estudo não é inovador, mas é importantíssimo, do meu ponto de vista.

¹ Secretário de Estado da Educação.

É uma das questões mais importantes que se coloca na definição das políticas educativas dos próximos anos e, portanto, não só é importante como é oportuna a iniciativa do Conselho. Importante e oportuno é também o facto de o estudo nos ter permitido carrear para a discussão diversos pontos de vista e fazê-lo, como dizia o senhor Presidente do CNE, trazendo as perspectivas de todos os interessados e não exclusivamente as dos académicos ou dos políticos ou das organizações – quer elas sejam de professores ou de instituições; no fundo, as perspectivas e sensibilidades que existem no próprio Conselho Nacional de Educação através dos seus representantes. Reitero, pois, a afirmação da enorme importância que nós atribuímos a este tema, a este estudo, e repito que é grande a expectativa que temos sobre a discussão que ele vai suscitar. Eu diria que, mais do que as eventuais recomendações que o estudo traz, é a pista de abertura de discussão sobre alguns pontos que me parecem que qualquer governo e qualquer decisor político terão em cima da mesa nos próximos tempos em Portugal.

Começando pelo princípio, agora cronologicamente falando. A educação das crianças no período dos 0 aos 3 anos – que foi aqui abordado mais do que uma vez – é uma questão que também tem vindo a ser abordada em Portugal, nos últimos anos. Não posso deixar de dizer que depois de ler o estudo tive alguma inquietação parecida com aquela que aqui foi colocada pela Prof.^a Olga Pombo: distinguir entre a educação das crianças e a sua institucionalização, saber claramente se estamos a falar da institucionalização no sentido da escolarização das crianças a partir dos 0 anos, ou se estamos a falar de políticas de articulação social, no que respeita ao apoio às famílias, no que respeita à educação das crianças.

Esta questão, do meu ponto de vista, é a mais central da discussão das medidas de política para esta faixa etária, nos próximos tempos. O que é importante referir, é que eu não tenho nenhum equívoco de que a evolução social do país e da sociedade ocidental, da sociedade europeia, nos levará a ter uma necessidade objectiva de avançar com processos de institucionalização das crianças muito cedo. Essa é uma consequência do

modo de viver que temos. Saber se isso em si mesmo é um fim que devemos perseguir ou é um meio a que temos de deitar mão para atingir outros fins é uma questão que me parece de grande importância em termos de decisão.

Não tenho grandes dúvidas de que existe uma evolução da sociedade que obriga a uma tomada de medidas no sentido de alargar os mecanismos de institucionalização, fundamentalmente por razões que têm a ver com o facto de ela ser o instrumento de suporte à forma de vida das famílias na sociedade que temos. Portanto, é esse o sentido do alargamento do processo relacionado com as creches – no fundo é disso que estamos a falar – e com as instituições de acolhimento e de educação das crianças dos 0 aos 3. É uma questão que, como digo, se tornará de enorme significado nos próximos tempos em termos de razão política. Não é indiferente saber se o objectivo que estamos a perseguir é um objectivo que tem em vista criar mecanismos mais sólidos e mais consistentes de apoio às famílias na educação das crianças dos 0 aos 3 anos, ou saber se é uma intervenção extra-familiar, de direcção educativo no contexto do trabalho com as crianças. Não é indiferente e penso que é uma questão que, em termos de políticas educativas, terá com certeza que ter decisões nos próximos anos em Portugal. Este estudo vem, portanto, trazer para a mesa não só a discussão como muitos elementos importantes para o avanço dessa tomada de decisão.

No que respeita aos períodos compreendidos entre os 3 e os 12 anos, eu diria que os obstáculos de que o estudo fala, os obstáculos históricos a uma maior integração e continuidade educativa neste percurso, são também conhecidos. Tem porém, do meu ponto de vista, a grande vantagem de os sistematizar de uma forma como ainda não tinha sido feita, e de os colocar à nossa disposição: à disposição dos decisores, dos actores, dos comentadores, permitindo uma orientação na sua interpretação.

Creio aliás, deixem-me também transmitir a minha opinião nesse aspecto, que há uma continuidade nas políticas educativas no pós 25 de

Abril – desde a Lei de Bases e até anteriormente – no sentido de perseguir o mesmo objectivo. Essa continuidade das políticas educativas é visível na análise dos documentos disponíveis.

Como também é referido no estudo, há, contudo, alguma descontinuidade entre os instrumentos de política e aquilo que são as práticas políticas organizadas e as práticas das próprias organizações no desenvolvimento desses instrumentos de política. E eu diria que há um conjunto de medidas de política ao longo dos anos com o mesmo objectivo, e permitam-me que cite algumas que me parecem indispensáveis e que até respeitam a diferentes governos e a diferentes momentos da história, da nossa História, desde a aprovação da Lei de Bases e da criação do ensino básico numa perspectiva integrada:

– os aspectos relacionados com o quadro de formação de professores, e aqui foi citado o modelo da formação de professores das escolas superiores de educação;

– o alargamento do pré-escolar, cuja organização foi objecto de uma discussão que se prolongou durante muito tempo (deveria ser separado ou organizado em espaços conjugados com o 1.º ciclo do ensino básico? – e muitos de nós participaram nesse debate);

– os aspectos relacionados com a unificação das carreiras dos professores, que é instrumental mas que teve também muita importância na perspectiva da condução da actividade educativa;

– a criação das escolas básicas integradas (sobre isso gostava de vos dizer uma palavra, uma nota, um pouco mais à frente);

– a criação dos agrupamentos escolares e a organização da gestão das escolas em função dos territórios educativos e das comunidades educativas e não em função dos recursos (Porque a grande diferença, no que respeita às escolas básicas integradas e aos agrupamentos escolares, é a lógica de gestão assentar em territórios educativos e em populações

escolares, e não na definição dos recursos educativos, sejam eles os professores ou os espaços escolares;

– mais recentemente, os aspectos relacionados com a colocação de professores, que poucas vezes são citados no estudo.

Ainda que seja meramente instrumental, a colocação de professores é um aspecto que me parece de grandes implicações. O problema central, no que respeita à possibilidade do funcionamento de equipas pedagógicas, sob qualquer formato, dentro das escolas, tem, acima de tudo, a ver com o processo de colocação de professores em Portugal que inviabilizava, de forma sistemática e estrutural, a possibilidade de organizar o trabalho pedagógico porque não favorecia a organização em termos de equipas pedagógicas com todas as consequências que daí advinham e independentemente dos modelos que se pudessem escolher. Ao inviabilizar a constituição das equipas, condenava, à partida, qualquer princípio de continuidade e de integração pedagógica.

Falemos agora da reorganização da rede escolar do 1.º ciclo e do reforço das questões de rede. Num determinado momento do estudo (que eu não posso aqui precisar) é dito que uma das falhas do processo de integração do ensino básico terá sido a paragem do processo de criação das escolas básicas integradas. É um aspecto com o qual estou de acordo. Gostava, porém, de vos fazer notar uma coisa que nunca foi referida porque pouco se tem falado neste assunto – apesar do facto de o espaço dos territórios educativos organizados em função dos alunos e dos grupos de alunos, das populações escolares concretas, ter merecido muito especialmente a nossa atenção. É muito simples: em 2005, havia 80 escolas básicas integradas em Portugal; neste preciso momento temos 156, e espero que no próximo ano este número tenha aumentado mais significativamente em relação ao número que existia.

Para além daquilo que li no estudo, tenho para mim que a rede escolar e o perfil dos professores foram, dos obstáculos falados, os mais sensíveis no que respeita aos processos de integração e de continuidade da escolaridade básica. Daí que as políticas que temos tentado levar ao

terreno contemplassem a reorganização da rede escolar e a reorganização da formação inicial de professores.

Estes aspectos são, do meu ponto de vista, importantes para a construção da decisão política nesta matéria, porque – já o disse publicamente e gostava de o reafirmar neste fórum tão importante para a continuidade da discussão deste assunto –, não me parece que decisões organizacionais sobre a integração do 1.º e do 2.º ciclo possam ter lugar sem haver um razoável consenso sobre elas.

O Conselho Nacional de Educação está a dar um enorme contributo para a construção do necessário consenso. Trata-se de decisões que implicam mudanças organizacionais das estruturas, mudanças de uma grande profundidade, quer no sentido da organização física, quer no sentido da organização dos professores e da docência. Essas transformações não ocorrerão de todo em todo, não será possível ocorrerem em sentido positivo no espaço de uma legislatura e, portanto, nenhum governo pode ter a aspiração, no espaço que democraticamente lhe é concedido para governar, de poder chegar ao fim de tal processo. É preciso criar condições e é esse o objectivo do trabalho que temos estado a fazer. Do lado do Governo, do lado do Ministério da Educação, há um conjunto de medidas de política organizadas nesse sentido. Citei aqui algumas, outras não referi porque também não vos quero maçar demasiado e estão de certeza informados delas.

Não será possível, penso eu, aceitar o desafio sobre o qual o estudo mais se debruça, o desafio de criar uma maior integração e continuidade entre os 1.º e 2.º ciclos, sem um compromisso social e político e, portanto, tenho para mim que é preciso algum tempo de preparação.

Nesse sentido, acho que o estudo que o Conselho Nacional de Educação acaba de apresentar – e a discussão que ele permite na sociedade portuguesa – é um dos melhores contributos que poderíamos ter para a continuação de um trabalho que ainda irá ocupar muitos outros decisores políticos durante alguns anos.

Gostava, assim, de terminar agradecendo ao Conselho todo o trabalho e o esforço que tem desenvolvido colocando à discussão, continuamente, temas tão importantes como este. Do lado do Ministério da Educação, merecem-nos toda a atenção os resultados – os resultados do estudo e desta discussão, mas também todos os que advenham da sequência dos debates que, espero, ainda sejam bastantes e ocorram com frequência no próximo ano. Tenho, pessoalmente, a esperança de poder participar em alguns.

